



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ESCOLA JUDICIÁRIA DO PIAUÍ - EJUD

SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTAGIÁRIOS 2022.2

DIREITO

Informações Gerais

- Este caderno é composto de OITO PÁGINAS, contendo CINQUENTA questões.
- NÃO ABRA O CADERNO ANTES DE RECEBER AUTORIZAÇÃO DO FISCAL DE SALA.

Instruções

- Verifique se as seguintes informações estão corretas no cartão-resposta: nome, área a que concorre, número da identidade e número de inscrição. Se houver erro, comunique ao fiscal.
- Nada deve ser escrito ou registrado no cartão-resposta, além de sua assinatura e da marcação das respostas. Para isso, use apenas caneta de corpo transparente, azul ou preta.
- Após ler as questões e escolher a alternativa que melhor responde a cada uma delas, cubra totalmente o espaço que corresponde à letra a ser assinalada no cartão-resposta.
- As respostas em que houver falta de nitidez ou marcação de mais de uma letra não serão registradas, não pontuando para o candidato.
- O cartão-resposta não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado.
- Não haverá substituição do cartão-resposta.

Caderno de Questões

- Ao receber autorização para abrir este caderno, verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, comunique imediatamente ao fiscal.
- O tempo disponível para fazer a prova e preencher o cartão-resposta é de TRÊS HORAS. Nada mais poderá ser registrado após o término desse prazo.
- Ao terminar a prova e a marcação do cartão-resposta, entregue ao fiscal este caderno e o cartão-resposta.
- Nas salas de provas, os candidatos não poderão usar relógio digital, boné ou óculos escuro, nem portar arma de fogo, fumar e utilizar corretores ortográficos.
- Será eliminado da Seleção Pública o candidato que, durante a prova, utilizar qualquer meio de obtenção de informações, eletrônico ou não.
- Será também eliminado o candidato que se ausentar da sala levando consigo qualquer material de prova sem autorização da Coordenação da Seleção Pública.

QUESTÕES DE REDAÇÃO OFICIAL E LÍNGUA PORTUGUESA

1. Assinale a alternativa que completa **CORRETAMENTE** o trecho abaixo:

“ _____ tempos que imaginávamos não _____ violência no mundo.”

- A) Houveram, existir
- B) Houve, existirem
- C) Houve, existir
- D) Houve, existissem
- E) Houveram, existirem

2. Em uma das orações abaixo o uso do **PORQUE** está **INCORRETO**, aponte-a.

- A) Vou embora, sabe porquê?
- B) Não vou embora, sabe por quê?
- C) Quero saber o porquê dessa irritação.
- D) Vou a pé, porque o ônibus já passou.
- E) Esse é o motivo por que estudo.

3. De acordo com a nova ortografia da Língua Portuguesa, em qual verbo **não se dobra** a vogal para indicar a 3ª pessoa do plural?

- A) Dar
- B) Crer
- C) Ler
- D) Ver
- E) Ter

4. Trata-se de **expediente** remetido ao chefe do Poder Executivo ou de outro Poder Público, a fim de propor medida, submeter projeto de ato normativo ou colocá-lo a par de algum assunto:

- A) Memorando presidencial
- B) Ofício
- C) Exposição de motivos
- D) Carta ao presidente
- E) Comunicado oficial

5. O fecho de cortesia em um ofício é expresso por meio dos seguintes **advérbios**:

- A) Respeitosamente; Agradecidamente; Polidamente.
- B) Encarecidamente; Atenciosamente; Ternamente.
- C) Cordialmente; Encarecidamente; Agradecidamente.
- D) Atenciosamente; Respeitosamente.
- E) Encarecidamente; Respeitosamente.

6. O trecho abaixo foi retirado do livro “Quincas Borba”, de Machado de Assis. Leia com atenção:

“E enquanto uma chora, outra ri; é a lei do mundo, meu rico senhor; é a perfeição universal. Tudo chorando seria monótono, tudo rindo cansativo; mas uma boa distribuição de lágrimas e polcas¹, soluços e sarabandas², acaba por trazer à alma do mundo a variedade necessária, e faz-se o equilíbrio da vida”.

(Quincas Borba, 1992.)

¹polca: tipo de dança.

²sarabanda: tipo de dança.

De acordo com o narrador:

- A) Os erros do passado não afetam o presente.
- B) A existência é marcada por antagonismos.
- C) A sabedoria está em perseguir a felicidade.
- D) Cada instante vivido deve ser festejado.
- E) Os momentos felizes são mais raros que os tristes.

7. Identifique a alternativa em que há um vocábulo cuja grafia **não atende** ao disposto no atual Acordo Ortográfico.

- A) aguentar – tranquilidade – delinquente – arguir – averiguemos.
- B) cinquenta – aguemos – linguística – equestre – eloquentemente.
- C) apaziguei – frequência – arguição – delinquência – sequestro.
- D) averigui – inconsequente – bilíngue – linguça – quinquênio.
- E) sequência – redargüimos – lingueta – frequentemente – bilíngue.

8. Considerando as regras de concordância verbal, indique a alternativa **CERTA**.

- A) Tratavam-se de questões fundamentais.
- B) Comprou-se terrenos no subúrbio.
- C) Precisam-se de datilógrafas.
- D) Reformam-se ternos.
- E) Obedeceram-se aos severos regulamentos.

9. A respeito dos padrões de redação de um ofício, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) Deverá constar, resumidamente, o teor do assunto do documento.
- B) O texto deve ser redigido em linguagem clara e direta, respeitando-se a formalidade que deve haver nos expedientes oficiais.
- C) O fecho deverá caracterizar-se pela polidez, como por exemplo: “Agradeço a V. Sa. a atenção dispensada”.
- D) Deve conter o número do expediente, seguido da sigla do órgão que o expede.
- E) Deve conter, no início, com alinhamento à direita, o local de onde é expedido e a data em que foi assinado.

10. Leia atentamente as afirmações abaixo, a respeito das recomendações a serem observadas ao redigir um documento oficial.

I. Praticar a concisão e a clareza, de modo que poucas palavras possam trazer muita informação, não deixando dúvida quanto à significação do conjunto do texto.

II. A comunicação oficial não exige o redator de manifestar claramente sua subjetividade, por meio de opiniões criativas e do posicionamento estritamente pessoal diante de uma questão.

III. A formalidade da linguagem é uma característica imprescindível da redação oficial, fazendo-se notar, por exemplo, pela observância da norma culta e pelas formas protocolares de tratamento.

Está **CORRETO** o que consta apenas em:

- A) I
- B) II
- C) III
- D) I e III
- E) II e III

QUESTÕES ESPECÍFICAS

11. Sobre Organização político-administrativa, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Os Territórios Federais integram a União e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.
- B) São características da Federação: autolegislação, autogoverno, auto-organização dos Estados-Membros e autoadministração.
- C) São elementos integrantes do Estado: soberania, finalidade, povo e território.
- D) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição.
- E) O pacto federativo é dissolúvel, de modo que os Estados-Membros e os Municípios gozam de direito de secessão, qual seja, o direito de se destacar do Estado brasileiro.

12. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. As custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça.
 - II. Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados juntamente com os demais poderes, na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - III. Durante a execução orçamentária do exercício não poderá haver, sob nenhuma hipótese, a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- A) Todas estão corretas.
 - B) Apenas I e II estão corretas.
 - C) Apenas I e III estão corretas.
 - D) Apenas II e III estão corretas.
 - E) Todas estão incorretas.

13. Sobre os direitos individuais expressamente contidos na Constituição Federal, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal excluem outros decorrentes do regime de princípios por ela adotados.
- B) Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal excluem os tratados internacionais que o Brasil seja signatário.
- C) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais possuem aplicação imediata.
- D) O Brasil não se submete à jurisdição do Tribunal Penal Internacional.
- E) Os tratados internacionais sobre direitos humanos, em hipótese alguma, poderão ser equivalentes às emendas constitucionais.

14. No que diz respeito à Organização do Estado, mais especificamente da Administração Pública, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A investidura em cargo ou emprego público depende de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

- B) O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável duas vezes, por igual período.
- C) É garantido ao servidor público o direito à livre associação sindical.
- D) O direito de greve será exercido nos termos e limites definidos em lei específica.
- E) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

15. A respeito das súmulas vinculantes, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Podem ser editadas pelo Superior Tribunal Federal.
- B) Necessitam do *quórum* de maioria simples.
- C) Podem ser aprovadas a partir de uma única decisão, desde que importante.
- D) Uma vez aprovadas, não terão efeito vinculante perante o Poder Legislativo.
- E) Uma vez aprovadas, não terão efeito vinculante em relação à administração pública indireta.

16. Em relação ao Princípio da Supremacia do Interesse Público é **CORRETO** afirmar que:

- A) O interesse particular tem supremacia sobre o interesse público.
- B) Os administradores podem dispor do interesse público.
- C) A Administração não se põe em situação privilegiada ao se relacionar com os particulares.
- D) As prerrogativas decorrentes da supremacia do interesse público compõem um poder-dever.
- E) Nem todas as condutas estatais têm como finalidade a satisfação das necessidades coletivas.

17. Sobre o princípio da autotutela, é **CORRETO** afirmar que:

- A) O ente público pode anular seus atos, mas não revogá-los.
- B) O exercício da autotutela afasta a incidência da tutela jurisdicional.
- C) A anulação dos atos ilegais é um poder-dever.
- D) A Lei do Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/99) prevê um prazo de dez anos para revisão dos atos favoráveis a particulares.
- E) Para revisar seus próprios atos a Administração deve ser provocada.

18. Assinale a alternativa **CORRETA** sobre o Poder de Polícia.

- I. Destina-se a assegurar o bem-estar geral, impedindo, através de ordens, proibições e apreensões, o exercício antissocial dos direitos individuais, o uso abusivo da propriedade, ou a prática de atividades prejudiciais à coletividade. Expressando-se no conjunto de órgãos e serviços públicos incumbidos de fiscalizar, controlar e deter as atividades individuais que se revelem contrárias à higiene, à saúde, à moralidade, ao sossego, ao conforto público e até mesmo à ética urbana.
- II. O poder de polícia administrativo tem intervenções genéricas ou específicas do Poder Executivo, destinadas a alcançar o mesmo fim de interferir nas atividades de particulares, tendo em vista os interesses sociais.
- III. É uma faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de

bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.

- A) Somente os itens I e III estão corretos.
- B) Todos estão corretos.
- C) Somente o item I está correto.
- D) Nenhum está correto.
- E) Somente o item II está correto.

19. "Ato administrativo é a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob o regime jurídico de direito público e sujeita ao controle pelo Poder Público." (DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. Direito Administrativo. 33ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2020).

Assinale a alternativa **CORRETA** acerca do ato administrativo.

- A) O ato administrativo vinculado confere liberdade para a Administração definir o conteúdo ou o momento em que o ato deva ser praticado.
- B) Será complexo o ato administrativo cuja formação dependa da conjugação das manifestações de vontade de mais de um órgão.
- C) A presunção de legitimidade do ato administrativo afasta a necessidade de intervenção judicial para a sua execução.
- D) A coisa julgada administrativa impede a revisão do ato administrativo pelo Poder Judiciário.
- E) O transcurso do prazo de cinco anos entre a emissão do ato administrativo e a sua convalidação impede que ele seja considerado válido desde sua origem.

20. De acordo com a Lei nº 8.666/1993, é dispensável a licitação, **EXCETO**:

- A) Para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.
- B) Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- C) Na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.
- D) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- E) Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

21. Serão registrados em registro público, **EXCETO**:

- A) Os nascimentos, casamentos e óbitos.
- B) A emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz.
- C) A interdição por incapacidade absoluta ou relativa.
- D) Os atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação.
- E) A sentença declaratória de ausência e de morte presumida.

22. Considerando o disposto no Código Civil acerca da validade do negócio jurídico, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A validade do negócio jurídico não requer que o objeto seja determinado ou determinável, podendo ser indeterminável.
- B) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- C) Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a quarenta vezes o maior salário-mínimo vigente no País.
- D) A manifestação de vontade subsiste, salvo se o seu autor tenha feito a reserva mental de não querer o que manifestou.
- E) Ainda que as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa, o silêncio importa anuência.

23. Sobre o direito sucessório, marque a alternativa **CORRETA**, conforme estabelecido no Código Civil.

- A) A sucessão abre-se no lugar em que ocorreu o falecimento.
- B) No direito brasileiro, a sucessão dá-se tão somente por meio de lei, sob pena de violação ao princípio sucessório da legalidade.
- C) Ainda que existam herdeiros necessários, é possível que o testador disponha de mais da metade da herança.
- D) Regula a sucessão e a legitimação para suceder a lei vigente ao tempo do ajuizamento da ação de inventário.
- E) Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.

24. À luz do disposto no Código Civil, considere:

- I. A existência da pessoa natural termina com a morte e presume-se esta, de maneira absoluta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura da sucessão provisória.
- II. Excepcionalmente, os direitos de personalidade podem sofrer limitações.
- III. A comoriência, isto é, a morte de duas ou mais pessoas na mesma ocasião, resolve-se na presunção de que a mais velha morreu primeiro, se não for possível provar quem faleceu em primeiro lugar.
- IV. Será registrada em registro público a interdição por incapacidade absoluta ou relativa.

Está **CORRETO** o que se afirma apenas em:

- A) I, II e IV
- B) II

- C) III
D) II e IV
E) IV
25. Acerca dos elementos acidentais do negócio jurídico, conforme disposições do Código Civil, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- A) A condição se caracteriza pela incerteza e pode ser suspensiva, quando subordina a eficácia do negócio, ou resolutiva, quando põe fim ao negócio.
B) São proibidas as condições que privem de todo efeito o negócio jurídico, ou que o sujeitem ao puro arbítrio de uma das partes.
C) Invalidam o negócio jurídico as condições impossíveis, se elas forem suspensivas ou resolutivas.
D) Se a condição for suspensiva, se adquire o direito apenas quando executada a condição. Se for resolutiva, o direito já se adquiriu, vigorando até sua resolução.
E) Pendente a condição suspensiva ou resolutiva, permite-se que o titular desse direito, ainda que eventual, pratique os atos destinados à sua conservação.
26. Trata-se de questão preliminar aferível de ofício pelo juiz, **EXCETO**:
- A) Ausência de pressuposto processual
B) Convenção de arbitragem
C) Perempção
D) Litispendência
E) Coisa julgada
27. Dinâmica diferenciada de tramitação dos recursos especial e extraordinário, de forma a possibilitar consolidação de teses representativas de controvérsia debatidas em inúmeros processos, **constitui**?
- A) Repercussão geral
B) Arguição de relevância
C) Recursos repetitivos
D) Reserva de plenário
E) Incidente de resolução de demandas repetitivas
28. Acerca das modalidades de intervenção de terceiro previstas no Código de Processo Civil, analise e assinale a opção **INCORRETA**.
- A) A assistência simples não obsta que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos.
B) Ao assistente litisconsorcial, por possuir relação jurídica acessória ao seu assistido, não é permitido recorrer da sentença sem que a parte a quem assiste o tenha feito.
C) O juiz ou relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, na condição de *amicus curiae*, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.
D) O Código de Processo Civil admite, como modalidade de intervenção de terceiros, o chamamento ao processo requerido pelo réu, do afiançado, na ação em que o fiador for réu; dos demais fiadores, quando proposta a ação em face de um deles; ou dos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum.
- E) A denunciação da lide pode ser promovida tanto pelo autor como pelo réu, devendo a citação do denunciado ser requerida, se feita pelo autor, na petição inicial ou, se realizada pelo réu, na contestação.
29. Nos termos do Código de Processo Civil, diante da inexistência de prazo legal e caso o juiz não o tenha determinado, a parte deverá **praticar o ato processual**:
- A) Em prazo compatível com sua complexidade.
B) No prazo estipulado para os embargos de declaração.
C) Em dez dias.
D) No prazo estipulado para o juiz proferir despacho.
E) Em cinco dias.
30. Analise e julgue os seguintes itens, acerca das regras de competência para a atividade jurisdicional cível.
- I. O foro do local do imóvel possui competência territorial absoluta para julgar ação de reintegração de posse.
II. Os atos decisórios praticados pelo juízo absolutamente incompetente são nulos de pleno direito e, portanto, impreterivelmente ineficazes.
III. A execução de título extrajudicial pode ser ajuizada no foro do local em que foi praticado o ato em que ocorreu o fato que deu origem ao título, independentemente de o executado não mais residir nessa localidade.
IV. O juízo em que foi prolatada sentença de mérito terá competência funcional exclusiva para processar o cumprimento provisório ou definitivo da referida decisão.
- Aponte a alternativa com os itens **CORRETOS**, de acordo com o Código Processo Civil.
- A) I e III
B) II e III
C) II e IV
D) I, II e IV
E) I, III e IV
31. Sobre o que diz expressamente a legislação penal acerca do concurso de pessoas, avalie e marque a opção **CORRETA**.
- A) Não se comunicam as circunstâncias pessoais do crime, ainda que elementares do tipo penal.
B) Ajuste e auxílio não são passíveis de punição, independentemente das singularidades do fato delituoso.
C) No que tange aos ilícitos não tentados, a instigação ao crime, em regra, não é passível de punição, salvo quando a lei prever o contrário.
D) Se a participação for de menor importância, o sujeito poderá ter a pena reduzida em até dois terços.
E) Na hipótese de participação apenas do crime menos grave, o coautor responderá somente por este, podendo ter a pena majorada em até um terço se o resultado mais grave fosse previsível.
32. Das opções abaixo elencadas, selecione apenas aquela que cita causas **intERRUPTIVAS** da prescrição da pretensão punitiva.

- A) Oferecimento da denúncia e abertura de inquérito policial.
- B) Abertura de inquérito policial e publicação de sentença condenatória.
- C) Publicação de acórdão condenatório e recebimento da denúncia.
- D) Decisão de pronúncia e oferecimento da denúncia.
- E) Decisão que invalida pronúncia e recebimento da denúncia.

33. *“Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra”.*

(MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 14ª ed., São Paulo: Malheiros, 2002, p. 808).

Em relação aos princípios do Direito Penal e temas correlatos, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- B) O princípio da individualização da pena incide apenas no momento em que o juiz fixa a pena imposta ao réu.
- C) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano ser estendida aos sucessores e contra eles executada, mesmo que exceda o valor do patrimônio transferido.
- D) Não há crime sem lei anterior que o defina, mas pode haver pena sem prévia cominação legal.
- E) A previsão legal de cumprimento da pena em regime integralmente fechado não viola o princípio da individualização da pena.

34. O feminicídio foi incluído no Código Penal pela Lei nº 13.104/2015 e representa mais um marco importante no combate à violência contra a mulher. Sobre o tema, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O feminicídio é previsto no Código Penal como um tipo penal próprio, distinto do tipo penal do crime de homicídio.
- B) O feminicídio é uma causa de aumento de pena do crime de homicídio.
- C) O feminicídio é uma qualificadora do crime de homicídio.
- D) Todo homicídio praticado por agente do gênero masculino contra a mulher é crime de feminicídio.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

35. A desistência voluntária e o arrependimento eficaz encontram-se previstos no art. 15, do Código Penal, enquanto o art. 16, do Código Penal prevê o arrependimento posterior. Sobre esses institutos, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. O arrependimento posterior é considerado uma causa geral de diminuição de pena.
- II. O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pela tentativa.

III. A lei penal impõe a voluntariedade e a espontaneidade do agente para caracterização do arrependimento eficaz.

- A) Apenas a assertiva I é verdadeira.
- B) Apenas a assertiva II é verdadeira.
- C) Apenas a assertiva III é verdadeira.
- D) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- E) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.

36. O Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/19) alterou a natureza jurídica da ação penal no crime de estelionato. Considerando essas recentes modificações, analise os itens a seguir e assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. Em regra, o crime de estelionato é de ação penal pública condicionada à representação.
- II. O crime de estelionato é sempre de ação penal pública condicionada à representação.
- III. Somente se procede mediante representação o crime de estelionato em que a vítima é criança, adolescente ou maior de 70 (setenta) anos.

- A) Apenas a assertiva I é verdadeira.
- B) Apenas a assertiva II é verdadeira.
- C) Apenas a assertiva III é verdadeira.
- D) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- E) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.

37. O Código Penal prevê três delitos contra a honra, a saber: calúnia (art. 138), difamação (art. 139) e injúria (art. 140). Em relação a esses crimes, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Se o crime é cometido ou divulgado em quaisquer modalidades das redes sociais da rede mundial de computadores, aplica-se em triplo a pena.
- B) O crime de injúria admite a exceção da verdade.
- C) Os crimes de calúnia e difamação maculam a honra objetiva do agente, enquanto a injúria atinge a honra subjetiva.
- D) É punível a calúnia contra os mortos.
- E) Não constitui injúria ou difamação punível a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador.

38. Considerando o disposto na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), é **CORRETO** afirmar que:

- A) É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, apenas em sede policial, mediante atendimento específico e singular.
- B) Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas da afetividade social.
- C) Compete à equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente, em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes.

- D) Mesmo quando a complexidade do caso exigir avaliação mais aprofundada, o juiz não poderá determinar a manifestação de profissional especializado, mediante a indicação da equipe de atendimento multidisciplinar.
- E) É vedado ao Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, destinar recursos para a criação e manutenção da equipe de atendimento multidisciplinar, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- 39.** Considerado as disposições sobre os juizados especiais criminais, inseridas na Lei nº 9.099/95, assinale a alternativa **ERRADA**.
- A) A competência do juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- B) Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.
- C) Os atos processuais sempre serão válidos, exigindo-se apenas preencherem as finalidades para as quais foram realizados, independentemente de qualquer outro critério previsto na Lei nº 9.099/95.
- D) Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.
- E) A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio hábil de comunicação.
- 40.** Considerando as disposições sobre os juizados especiais cíveis na Lei nº 9.099/95, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- A) A contestação, que será oral ou escrita, conterà toda matéria de defesa, exceto arguição de suspeição ou impedimento do juiz, que se processará na forma da legislação em vigor.
- B) A contestação, que será oral ou escrita, conterà toda matéria de defesa, inclusive arguição de suspeição ou impedimento do juiz.
- C) A contestação, que será sempre apresentada na forma escrita conterà toda matéria de defesa, exceto arguição de suspeição ou impedimento do juiz, que se processará na forma da legislação em vigor.
- D) A contestação, que sempre será apresentada de forma oral na audiência, conterà toda matéria de defesa, exceto arguição de suspeição ou impedimento do juiz, que se processará na forma da legislação em vigor.
- E) A contestação, que será oral ou escrita, conterà apenas questões preliminares, devendo as questões de mérito serem deduzidas somente na audiência de instrução, observando que a arguição de suspeição ou impedimento do juiz, será processada na forma da legislação em vigor.
- 41.** Assinale a alternativa que se encontra **plenamente de acordo** com as disposições contidas na Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).
- A) O Poder Público não poderá criar varas especializadas e exclusivas do idoso.
- B) É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 55 (cinquenta e cinco) anos, em qualquer instância.
- C) A prioridade na tramitação de processos judiciais não se estende aos processos e procedimentos na Administração Pública, empresas prestadoras de serviços públicos e instituições financeiras.
- D) Para o atendimento prioritário, será garantido ao idoso o fácil acesso aos assentos e caixas, identificados com a destinação a idosos em local de baixa visibilidade e caracteres ilegíveis.
- E) Dentre os processos de idosos, dar-se-á prioridade especial aos maiores de oitenta anos.
- 42.** Considerando as disposições sobre autorização para viajar contidas na Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança do Adolescente), assinale a opção **CORRETA**.
- A) Nenhuma criança ou adolescente menor de 14 (quatorze) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis, sem expressa autorização judicial.
- B) Não se exige autorização quando tratar-se de comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana.
- C) Deve ser exigida autorização judicial se a criança ou o adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos estiver acompanhado de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, ainda que comprovado documentalmente o parentesco.
- D) Deve ser exigida autorização judicial se a criança ou o adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos estiver acompanhada de pessoa maior, ainda que esta esteja expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.
- E) Em nenhuma hipótese é dispensável autorização judicial quando se tratar de viagem ao exterior.
- 43.** Levando-se em consideração as medidas protetivas de urgência previstas na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), **qual das medidas** a seguir o juiz não adotará, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas?
- A) Conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência.
- B) Determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso, inclusive para o ajuizamento da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável perante o juízo competente.
- C) Comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis.
- D) Determinar a apreensão imediata de arma de fogo sob a posse do agressor.
- E) Expedir intimação ou notificação ao agressor, a qual poderá ser entregue pela própria ofendida.
- 44.** As medidas de proteção ao idoso são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos na Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) forem ameaçados ou violados:
- I. Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.
- II. Por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento.
- III. Em razão de sua condição pessoal.
- Pode-se afirmar que está **CORRETA** a seguinte alternativa:
- A) Todos os itens são verdadeiros;
- B) Nenhum dos itens é verdadeiro.
- C) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- D) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- E) Apenas os itens I e II são verdadeiros.

45. Sobre a competência por conexão ou continência, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A competência será determinada pela conexão se, no mesmo caso, houverem sido praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas.
- B) A competência será determinada pela continência quando duas ou mais pessoas forem acusadas por infrações distintas.
- C) Na determinação da competência por conexão ou continência, no concurso de jurisdições da mesma categoria, prepondera a do lugar da infração, à qual for cominada a pena mais grave.
- D) Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes.
- E) Será facultativa a separação dos processos quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória.

46. São medidas cautelares diversas da prisão:

- I. Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga, quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos.
- II. Fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial.
- III. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira, quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) I, II e III
- B) I
- C) II
- D) III
- E) Todas estão erradas.

47. Dos processos em espécie, marque a alternativa **INCORRETA**.

- A) O procedimento comum será ordinário, sumário ou sumaríssimo.
- B) O procedimento será ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- C) O procedimento será sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- D) O procedimento será sumaríssimo, para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.
- E) Nos processos de competência do Tribunal do Júri, o procedimento observará as disposições do procedimento sumário.

48. Acerca da Ação Penal, assinale a assertiva **CORRETA**.

- A) A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária, mas não policial.
- B) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza,

nomeará advogado para promover a ação penal.

- C) As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas poderão exercer a ação penal, não podendo ser representadas por quem os respectivos contratos ou estatutos designarem, mas somente pelos seus diretores ou sócios-gerentes.
- D) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.
- E) O órgão do Ministério Público dispensará o inquérito, se com a representação forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal, e, neste caso, oferecerá a denúncia no prazo de trinta dias.

49. Na determinação da competência por conexão ou continência, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) No concurso de jurisdições da mesma categoria, prevalecerá a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações, ainda que as respectivas penas forem de diferente gravidade.
- B) No concurso de jurisdições de diversas categorias, predominará a de menor graduação.
- C) A conexão e a continência importarão duplicidade de processo e julgamento, salvo no concurso entre a jurisdição comum e a militar.
- D) No concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá aquela.
- E) No concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do júri.

50. Acerca da prisão provisória, prisão em flagrante e prisão domiciliar, marque a alternativa **CORRETA**.

- A) A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial.
- B) É exclusivo das autoridades policiais e seus agentes prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
- C) A falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante.
- D) Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso deverá ser solto.
- E) A decisão que decretar a prisão em flagrante deve ser motivada e fundamentada em receio de perigo e existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada.